

O Banco Mundial e a agenda educacional no Brasil: a escola na era das finanças

Poliana Garcia Temístocles Ferreira¹

Resumo: Este artigo tem como objetivo abordar a agenda do Banco Mundial para a educação no ensino médio brasileiro, considerando o contexto atual de financeirização e, mais recentemente, no cenário pós-pandemia do COVID-19. Argumenta-se que esse arranjo se fundamenta na necessidade de readequação intelectual, adaptação ao ambiente digital e às tecnologias de informação e comunicação (TDICs), motivada pelo objetivo de readequar os conteúdos de aprendizagem e os investimentos de capital neste setor. Com base na análise documental do relatório intitulado “Achieving Global Education in Brazil” e do mais recente projeto intitulado “Recovering learning losses from the COVID 19 Pandemic in Brazil”, pretendemos enfatizar seus princípios fundamentais e como eles interferem no conjunto de reformas do Ensino Médio. Por fim, argumenta-se que as reformas educacionais fazem parte de um conjunto maior de ajustes fiscais no Brasil, considerando que o setor da educação média se coloca como eixo de investimento de capital na era das finanças.

Palavras-chave: Banco Mundial. Capital Humano. Educação Global.

Abstract: This article aims to approach the World Bank’s agenda for education in Brazilian high schools, considering the current context of financialization and, more recently, in the post-COVID-19 pandemic scenario. It is argued that this arrangement is based on the need for intellectual readjustment, adaptation to the digital environment and technologies of information and communication (TICs), motivated by the objective of readjusting the learning contents and the capital investments in this sector. Based on the document analysis of the

¹ Mestra em Relações Internacionais pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Doutoranda em Educação pela mesma instituição.

report entitled “Achieving Global Education in Brazil” and the most recent project entitled “Recovering learning losses from the COVID 19 pandemic in Brazil”, we intend to emphasize its main principles, and how they interfere in local educational reforms. Finally, it is argued that educational reforms are part of a larger set of fiscal adjustments in Brazil, considering that the secondary education sector is strategic for capital investment in the era of finance.

Keywords: World Bank. Human Capital. Global Education.

Introdução

No contexto das relações econômicas mundiais, observa-se a centralidade das instituições do capital financeiro na concertação de políticas setoriais em países como o Brasil. Considerando o fenômeno da financeirização capitalista² global em sua relação com a esfera da educação no Brasil, buscamos situar o processo de readequação da estrutura econômica e social do país, o qual se coloca diante de um processo de ajuste financeiro. Nesta dinâmica, identifica-se o direcionamento de reformas educacionais que acompanham a formulação da agenda global nos últimos dez anos (CHESNAIS, 2005; TOUSSAINT, 2002).

A partir da importante relação entre o capital financeiro e a esfera da educação, bem como o arranjo de forças que se desdobra no âmbito da economia política global, destaca-se a atuação do Banco Mundial como um importante promulgador de projetos educacionais no Brasil. O esforço de articulação global em torno da educação e demais ajustes financeiros, iniciados ainda na década de 1990, se apresenta dez anos

² No sentido do que afirma Chesnais (2001, p.10), durante um período de 20 anos, pudemos observar o desenvolvimento histórico de instituições constitutivas do mercado financeiro, passando estas a desempenhar um papel central na atividade global do capitalismo. O autor afirma que estes organismos passam a funcionar como determinadores de investimento que afetam a economia política em seu conjunto. Na busca por um processo de padronização global visando facilitar a atividade de capitais, há a conformação de políticas nas distintas esferas sociais.

depois num contexto de criação de políticas sociais e de mobilização de recursos público-privados para investimento na educação: as reformas e a privatização do ensino ganham novos impulsos. (SHIROMA, 2007).

Orientados pelo intuito de compreender os eixos concretos de atuação do capital financeiro global na educação brasileira, nos colocamos na tarefa metodológica de analisar dois documentos que sintetizam a agenda do Banco Mundial para a educação no Brasil, observando sua configuração num recorte de 10 anos. A síntese desta agenda se dá a partir de três principais eixos: a formação docente, a Educação Secundária de padrão global e a capitalização de investimentos. Nossa formulação também se ampara nos preceitos metodológicos do materialismo dialético, cujas categorias científicas representam ferramentas para a análise do conjunto de fenômenos e relações sociais em mudança histórica (ROSENTAL, 1958).

Neste artigo, a categoria da financeirização se coloca como problemática concreta, manifestando-se em relações essenciais ao sistema capitalista de produção em sua dinâmica atual. Como as categorias buscam expressar os fenômenos no processo histórico, surgem novas determinações na estratégia do capital para o setor da educação, o que nos orienta a investigar este arranjo de forças. Com isso, definimos o objeto da agenda para a educação do Banco Mundial no Brasil em sua configuração atual e em perspectiva histórica.

Publicado em 2011, o documento oficial do Banco Mundial intitulado “Alcançando a educação global no Brasil” (tradução própria do original “*Achieving World-Class education in Brazil*”) sumariza as diretrizes oficiais para a educação global nos últimos dez anos, tomadas como forma de projeto, direcionando políticas educacionais. Este documento sintetiza a agenda do grupo Banco Mundial para a educação no processo de reforma financeira educacional no Brasil, o que reflete a importância da escola como instrumento dinâmico no capitalismo global. A reforma educacional nasce da tentativa de “uso racional dos insumos educacionais”, sob a justificativa de otimizar os gastos sociais em educação e promover as parcerias público-privadas

neste âmbito, buscando a eficiência dos investimentos em educação (SHIROMA, 2007).

Emergindo de um longo histórico de intervenção educacional via projetos de financiamento e políticas educacionais, o Banco Mundial busca capitalizar as atividades educacionais no Brasil, aplicando estratégias para redução de custos e otimização de resultados neste setor. Este objetivo reflete a tendência de privatização dos serviços escolares e a desregulamentação do setor para entrada de investimentos de capital, com ênfase para o investimento em capital humano³. A partir desta problemática buscamos sintetizar a importância da educação nos termos do Banco Mundial, analisando os principais eixos de sua agenda para a educação brasileira. Além da abertura para investimentos privados, destaca-se os objetivos no desenvolvimento de ferramentas para educação à distância e a reformulação da formação docente, que prevê medidas como o aumento do período probatório, maior rigidez na supervisão em sala de aula e reformulação dos critérios de seleção para treinamento docente (BRUNS, *et al*, 2012). Com isso, são definidos três principais eixos na agenda do Banco Mundial para a Educação no Brasil: a formação docente, a educação global e a capitalização de investimentos.

Argumentamos que a reforma educacional do Banco Mundial consiste em atacar os principais eixos do processo de aprendizado, tendo na formação docente uma dupla estratégia: garantir a padronização dos conteúdos curriculares embasada na doutrina liberal e global; e promover a readequação trabalhista no setor educacional, elevando os critérios de qualificação docente e excluindo aqueles que não cumprirem os requisitos previstos nas diretrizes oficiais do Grupo

³ Tiradentes (2004), apresenta uma crítica consistente à Teoria do Capital Humano e do Capital Intelectual desenvolvidas por Becker e Schulz, que durante um longo período ajudou a formular políticas de planejamento educacional em função da “racionalidade utilitarista, transformando o campo da educação em espaço de busca por investimentos de máxima eficiência. A Teoria do Capital Humano entende que os investimentos na formação – inclusive intelectual – da classe trabalhadora se coloca como central na criação de valor e no direcionamento ideológico-formativo da sociedade.

Banco Mundial. O processo de intervenção educacional reflete a instrumentalização da educação com o objetivo de impactar o mercado de trabalho e o objetivo final de formação de trabalhadores flexíveis e facilmente adaptáveis às novas condições de trabalho na atualidade (MOREIRA, *et. al*, 2020).

Por fim, no contexto imediato de recuperação pandêmica no Brasil, temos o delinear de novas estratégias para aceleração do aprendizado, com vistas a retomar o desempenho educacional e alcançar novos patamares globais. Este objetivo está expresso no projeto aprovado em janeiro de 2022 intitulado “Recuperando as perdas de aprendizagem da pandemia de COVID 19 no Brasil” (tradução original: “*Recovering learning losses from COVID 19 pandemic in Brazil*”). Os principais eixos estratégicos deste documento consistem no desenvolvimento de ferramentas digitais de aprendizagem e na retomada da reforma do Ensino Médio como principal estratégia para otimização de resultados de aprendizagem. Ao articular os dois documentos oficiais poderemos visualizar as estratégias centrais da atualidade bem como os instrumentos que se definem a partir das novas problemáticas sociais e crises que se apresentam no setor da educação. Em conclusão, a reforma educacional promovida pelo Banco Mundial implica a “metamorfose da escola em mercado”, revestindo-a de um caráter utilitarista e submetida aos princípios mercadológicos (LAVAL, 2019).

Com o objetivo de estabelecer a relação entre os meios de inserção do capitalismo financeiro no Brasil e como o setor da educação se coloca nesta dinâmica, buscamos sintetizar os três principais eixos da agenda do Banco Mundial para a educação no Brasil, a fim de indicar tendências que emergem para este setor num contexto de financeirização global. Para atingir este objetivo, o artigo se divide em três partes, sendo a primeira voltada à síntese da relação entre o Banco Mundial enquanto um agente financeiro de caráter global e o setor da educação como um eixo estratégico de atuação. A segunda parte se

destina a definir os três principais eixos da agenda do banco para a educação no Brasil, apresentando três principais eixos: a formação de professores, a educação secundária de padrão global e a capitalização de investimentos. Por fim, a terceira seção apresenta brevemente as novas mediações que surgem para o setor da educação no contexto mais recente da pandemia de COVID19.

O Banco Mundial e a instrumentalização da educação no contexto da financeirização.

Conjuntamente ao processo de financeirização do capital, temos a consolidação de uma agenda global para distintos setores, que se manifestam em instrumentos econômicos e políticos. Neste contexto, o setor da educação cumpre estrategicamente uma dupla função: consolidar ideologicamente o processo de liberalização em escala mundial e possibilitar investimentos em novas tecnologias da informação, comunicação e logística. Esta agenda foi sendo delimitada ao longo dos últimos trinta anos como um instrumento fundamental para o reordenamento da dinâmica capitalista em contexto de crises econômicas e sociais (LAVAL, 2019, p. 116).

Segundo Meszáros (2006, p. 275), a dupla função da educação em um contexto de financeirização do capital se dá enquanto ferramenta na produção de capacidades necessárias à nova dinâmica econômica e também na formação de quadros e de metodologias para direcionamento de políticas sociais. Assim, a educação figura como eixo fundamental nas agendas de organismos multilaterais como o Banco Mundial, já que esta se encontra “profundamente integrada na totalidade dos processos sociais, e mesmo em relação à consciência do indivíduo particular, suas funções são julgadas de acordo com a razão de ser identificável na sociedade como um todo”. Em outras palavras, os projetos de investimento buscam criar um padrão de referência social para a educação, moldando conteúdos e métodos de ensino, o

que altera a forma e o conteúdo da escola. A partir disso, pretende-se criar uma influência global e padronizada para políticas educacionais, promovendo também reformas fiscais e econômicas consideradas necessárias para o alcance de bons resultados perante os indicadores sociais.

Tais reformas compõem o quadro de políticas globais direcionadas pelo Banco Mundial no contexto de crise da dívida latino-americana de 1980 e foram amplamente disseminadas como um pacote de Ajuste Estrutural⁴. Desde o início das reformas, a temática do combate à pobreza e à desigualdade embasam o discurso do Banco Mundial na condução de projetos destinados a estabilizar as contas públicas e direcionar políticas de alcance social. Neste contexto, a pobreza aparece como “grande mercado de projetos sociais”, articulado sob um discurso de alcance global e conformando políticas de abertura financeira e de liberalização de capitais estrangeiros nos mais diversos setores, inclusive o setor da educação (SHIROMA, 2007, p. 52). É importante desmistificar o discurso presente nos projetos de investimento social do Banco Mundial, já que este esconde um processo de financiamento externo que pressupõe relações e determinações de natureza política, econômica e social, favorecendo as trocas comerciais em nível global e o processo de reprodução do capital financeiro em escala ampliada (DEITOS, 2005).

Esta crítica também é apresentada por Ferreira, Fonseca e Scaff (2019), ao enfatizarem o caráter comercial dos empréstimos concedidos para investimento educacional que implicam no pagamento de serviços ao capital (juros e amortizações) e, portanto, seguem o mesmo rigor fiscal que os projetos de infraestrutura e reforma do Estado. Desvela-se, o real motivo da intervenção do Banco Mundial na educação: inserir o maior número de setores na lógica de reprodução do capital a fim de

⁴ Os programas de ajuste estrutural se deram no intuito de promover a liberalização econômica e a estabilização fiscal em distintas economias da América Latina, objetivando o aumento da eficiência nos gastos públicos e assim promover a diminuição da pobreza e do endividamento. Sobre este tema, ver: Coelho (2005) e Toussaint (2002).

ampliar os espaços de realização de seu ciclo sob um discurso de alívio à pobreza e valorização do *capital humano*⁵.

A partir do diagnóstico de ineficiência produtiva e de uma baixa qualificação técnica e científica no Brasil, o banco formula seu receituário liberal para as reformas educacionais, justificando a pobreza das economias latino-americanas com base nessa ineficiência e utilizando um modelo liberal padronizado aplicado ao campo educacional e científico. Está expressa a contradição no discurso do Banco Mundial que coloca o baixo desempenho educacional como causa do atraso social e econômico no Brasil, o que justifica a instrumentalização da educação em nome do desenvolvimento econômico. Esta é a tese defendida por Deitos (2005, p. 224), ao afirmar que:

A ineficiência educacional geral nacional (baixos níveis de escolarização da população em geral e especialmente da força de trabalho) como entrave para a maior produtividade e competitividade internacional é a base do argumento para a implementação de reformas educacionais que constituem a consolidação dos ajustes econômicos, financeiros e institucionais em curso nos países, principalmente nos países periféricos e endividados.

No sentido do que afirma o autor, o investimento em educação por parte do Banco Mundial representa um eixo estratégico para

⁵ A Teoria do capital humano consiste na síntese de estratégias que visam a utilização eficiente do conhecimento dos indivíduos, de maneira a instrumentalizar o conhecimento humano de forma útil ao capital. O investimento em capital humano diz respeito, portanto, a todo investimento na área de inovação científica, com o intuito de desenvolver capacidades pragmáticas em matéria de conhecimento e qualificação. A Teoria do Capital Humano visa promover a educação de padrão global e objetiva o desenvolvimento de competências gerais mínimas para o mercado de trabalho. O Capital humano nasce da relação entre educação e capital e sua articulação torna-se fundamental para a manutenção das crises do capitalismo. Sobre esta temática, ver: Leher (1999) e Decker e *Evangelista* (2019).

readequação do mercado às necessidades do capital financeiro, o que, a nosso ver, mistifica os reais motivos do atraso econômico e social na América Latina. Da mesma maneira que o baixo desempenho se deve – no discurso do banco – a uma baixa eficiência dos investimentos públicos em educação e tecnologia, busca-se corrigir os entraves ao desenvolvimento econômico por meio deste eixo.

Está colocada, portanto, a instrumentalização da educação como principal fator para a recuperação econômica num contexto de financeirização, cumprindo também uma função cultural e ideológica para dirimir as “contradições da segregação social” gerado pelos ajustes do sistema capitalista em nível global. Para cumprir esta função, o Banco Mundial conta com alguns princípios de ordem geral que serão explicitados a seguir e que servem de embasamento para o diagnóstico do banco em relação ao Brasil. No entendimento dos documentos oficiais, o eixo educacional é capaz de gerar tanto as deficiências econômicas quanto o desenvolvimento econômico, a depender da forma como os investimentos são alocados e operacionalizados para este setor (DEITOS, 2005, p.232).

Princípios da educação para o Banco Mundial: a escola como eixo de intervenção financeira.

Partindo da análise do relatório do Banco Mundial intitulado “Alcançando a educação global no Brasil”, vamos destacar os princípios que norteiam a agenda educacional para o Brasil em um contexto de recuperação da crise de 2008. O contexto de desaceleramento produtivo e de queda nas taxas de lucro termina por justificar novas investidas do capital financeiro em busca da eficiência produtiva e ampliação dos espaços de realização do capital. Assim, a abertura de novos espaços para investimento do capital financeiro é uma das estratégias para recuperação das crises globais, bem como a formação padronizada para uma força de trabalho que se adeque às novas demandas do mercado (TUÃO, 2020).

O estabelecimento de princípios norteadores para a reforma educacional obedece a uma lógica de padronização e delimitação dos conteúdos de ensino, estabelecendo metas e mecanismos rígidos de avaliação. A adoção de tais princípios é condição para o financiamento de projetos e o monitoramento dos resultados faz parte de suas etapas de avaliação, o que pode impactar no andamento de projetos futuros (FREITAS, 2018). Os projetos são variados, mas há um direcionamento comum a todos sob a justificativa de combate à pobreza por meio da melhoria no desempenho educacional. Definimos três principais eixos que norteiam a agenda atual para a educação do Banco Mundial, explicitados no relatório mencionado anteriormente e que pontuaremos brevemente a seguir.

Formação e recrutamento de professores

Embasados no argumento da necessidade de otimizar resultados de aprendizagem e aumentar o desempenho dos professores, uma das primeiras medidas sugeridas pelo relatório é a melhoria no nível profissional do quadro docente das escolas, alegando que a baixa qualificação do pessoal é um dos principais fatores que impactam negativamente os resultados de aprendizagem. Com isso, são estabelecidos os seguintes objetivos: atrair profissionais de alto nível; apoiar o aprimoramento profissional contínuo dos professores; estabelecer mecanismos de recompensa e punição como incentivo para a progressão na carreira; aumentar o período probatório e limitar a oferta de cargos permanentes (BRUNS, EVANS, LUQUE, 2012).

Podemos identificar a aplicação da lógica competitiva e meritocrática no processo de seleção, treinamento e avaliação dos professores, o que se manifesta em um discurso de responsabilização individual pelo baixo desempenho dos estudantes e de todo o corpo escolar. O relatório chega a afirmar que o baixo *status* atribuído à profissão docente no Brasil já é culturalmente estabelecido e este se explica pela falta de rigidez e consistência no processo formativo e

seletivo dos professores. O relatório não faz nenhuma menção ao baixo nível salarial dos professores, tampouco à sobrecarga de trabalho que enfrenta o trabalhador da educação, o que já explicita a tentativa do Banco Mundial em mistificar as condições de trabalho do professor no Brasil (BRUNS, EVANS, LUQUE, 2012).

Em seguida, o relatório estabelece alguns parâmetros com o objetivo de padronizar e formalizar o processo de formação de professores a nível nacional, criando um padrão geral de conteúdos básicos que priorizem temas estratégicos como ciência, matemática e tecnologias. Tal processo formal de recrutamento deveria se dar por meio de um exame nacional com claras diretrizes para conteúdo e plano de carreira, o que foi de fato adotado pelo Ministério da Educação Brasileiro (MEC) por meio da portaria normativa nº 14/2010 oficializando o Exame Nacional de Ingresso na Carreira Docente (FERREIRA, 2011).

Outro instrumento de caráter legal que demonstra as reformas no aspecto da formação docente foi a Resolução CNE/CP 2/2019, que reafirma a necessidade de desenvolver competências gerais nos moldes da Base Nacional Comum Curricular (BNCC). Dentre ditas ‘capacidades’, destaca-se a adequação às ferramentas digitais e a reformulação dos conteúdos de ensino com ênfase para as tecnologias digitais de informação e comunicação (TDICs).

Por fim, o relatório indica algumas diretrizes para o aprimoramento da prática docente, que envolvem o cumprimento de cursos oferecidos por plataformas digitais, envolvendo técnicas de otimização do tempo em sala de aula que priorizam as atividades de ensino e um mínimo de organização do espaço físico. Em outras palavras, pretende-se diminuir o tempo de administração e preparo do conteúdo fora da sala de aula, priorizando o ensino instrucional em sala de aula ao mesmo tempo em que se consolida a atuação de plataformas digitais privadas de treinamento docente. A temática das plataformas digitais será abordada mais à frente, quando tratarmos das estratégias do Banco Mundial no Brasil pós- crise pandêmica.

Educação secundária de padrão global

Este eixo é uma das bases centrais na estratégia do Banco Mundial dos últimos vinte anos, principalmente porque consiste na formalização dos conteúdos básicos a serem aplicados para o público jovem, o que impacta diretamente na composição da força de trabalho. O desenvolvimento dessa estratégia cumpre também uma dupla função: regulamenta os serviços de educação secundária em escala global facilitando a livre circulação de capital para investimento no setor e define os conteúdos essenciais para criar uma futura força de trabalho adaptada às novas ferramentas tecnológicas e demandas do mercado (LAVAL, 2019).

Nos termos de Laval (2019, p. 120), a readequação global de serviços da educação nos termos das Organizações Financeiras mundiais objetiva: “uma mão-de-obra corretamente formada e familiarizada com a tecnologia, para poderem ser competitivos na economia mundial”, além disso, o “desenvolvimento dos serviços de educação estimula o investimento estrangeiro e a transferência de outras tecnologias importantes”. Esta agenda ocorre no mesmo sentido da reforma do Ensino Médio no Brasil e traz um novo marco de alianças transnacionais entre iniciativa privada e pública. Consideramos que esta agenda objetiva o direcionamento dos conteúdos e estabelece as prioridades curriculares de uma educação global, cujos princípios aparecem no texto da Base Nacional Comum Curricular (BNCC/2017) (LAMOSA, 2020).

A partir do que coloca a BNCC para o currículo do Ensino Médio, este passa a ter o aspecto tecnológico como eixo comum dos itinerários formativos e prevê a inserção precoce dos jovens no mercado de trabalho por meio de estágios e atividades práticas para simulação de ambiente de trabalho. Com isso, é adotada a recomendação do Banco Mundial que busca uma “ênfase em conteúdos de alto nível em matemática, ciências e linguagens em vez de filosofia – e ideologia – que dominam o currículo em muitas escolas” (BRUNS, EVANS, LUQUE, 2012, p.59; MEC, 2017).

A construção de uma ênfase tecnológica na educação de caráter global prioriza a preparação de jovens para o conhecimento das novas ferramentas de informática e comunicação (TDICs), o que levaria à formação de adultos adaptáveis às rápidas mudanças tecnológicas e habituados ao ensino instrucional. Esta estratégia ganha novo fôlego com a deflagrar da pandemia no Brasil, colocando novas condições para a adoção de plataformas digitais de ensino a distância, o que veremos mais especificamente na próxima seção.

Capitalização de investimentos

A diversificação de fontes de investimento na educação compõe o terceiro e último eixo estratégico do relatório do Banco Mundial, que tem na parceria público-privada sua principal ferramenta de governança em nível global. Esta captação de recursos tem como premissa o aumento da eficiência nos gastos em educação e assim advoga pela redução dos gastos públicos em contrapartida aos gastos privados. Este é um traço basilar na ideologia estratégica do Banco Mundial e corresponde à forma neoliberal de operar ao demonstrar que a educação é muito mais do que “a promoção da formação humana condicionada às necessidades voláteis do mercado”, é também “um nicho a ser explorado pela iniciativa privada” (DECKER, EVANGELISTA, 2019, p. 6).

Para atingir o objetivo de abertura aos investimentos privados na educação, o Banco Mundial sugere a articulação conjunta dos capitais públicos e privados, criando frentes de atuação que garantam o desenvolvimento de novos nichos para investimento. Uma das frentes de atuação é o movimento *Todos pela Educação* que aparece no texto do relatório e consiste em uma articulação entre diferentes esferas privadas a fim de direcionar os investimentos criando exigências mínimas e mecanismos de avaliação condicionantes. Em outras palavras, pretende-se articular um plano integrado de governança que atue independente das sucessões políticas o que garantiria o cumprimento

das reformas educacionais no médio e longo prazo (BRUNS, EVANS, LUQUE,, 2012).

Outra medida sugerida com base na justificativa de aumento da eficiência dos gastos em educação é a criação de plataformas de dados que incluem sistemas de avaliação de resultados e análise de indicadores. Este se torna um nicho muito interessante para a absorção de capital, já que a criação de plataformas digitais permite o desenvolvimento de inúmeros serviços de educação, desde a formação de professores até a instrução de estudantes nos parâmetros da educação técnica.

A instrumentalização da educação escancara-se e adquire novos níveis a partir das ferramentas digitais: os limites ao capital são novamente transpostos e a educação se converte em um meio de intervenção financeira. A inserção das tecnologias digitais para a educação já era uma estratégia prevista ainda em 2012 e ganha nuances de urgência quando se deflagra o contexto de crise pós-pandêmica no Brasil em 2022. A seguir são elucidados os temas que ganham maior destaque na agenda do Banco Mundial neste cenário mais recente: novas estratégias para velhas crises sociais.

Agenda do Banco Mundial no contexto escolar brasileiro pós-pandemia: diagnóstico e receituário.

Dez anos após a publicação do relatório “Alcançando a educação global no Brasil”, temos um novo componente da crise social no Brasil e no mundo que toma proporções dignas de uma sociedade integrada em escala global de produção e circulação. O desemprego, o desaceleramento produtivo e a piora nos índices de educação compõem o quadro de retorno à pobreza, o que desperta novas estratégias de atuação do Banco Mundial. Apesar de seguir dando ênfase aos itens estratégicos trazidos anteriormente, foram feitos alguns ajustes de agenda com o objetivo de acelerar os resultados de aprendizagem e garantir a já almejada eficiência escolar.

A partir disso, o objetivo central do projeto consiste no aumento da eficiência do ensino, no sentido de literalmente acelerar o processo de aprendizado para retomar os trilhos da educação em uma sociedade cada vez mais defasada econômica e socialmente. Aparecem os conceitos de resiliência e desenvolvimento de capacidades de adaptação, que jogam um papel ideológico no direcionamento das práticas escolares. Para o Banco Mundial (2022, p. 8):

Neste cenário, **resiliência** é fundamental: as redes de escolas devem se recuperar das perdas na aprendizagem mas também estarem preparados para novos desafios; em vez de apenas reconstruir, é necessário construir mais forte do que antes. (...) Além do mais, uma **recuperação sustentável** das perdas de aprendizado requer a capacidade de implementar na prática os manuais de aprendizagem e utilizar esta informação para otimizar a tomada de decisão e a alocação de professores, definindo determinados critérios para a composição das séries, já que resiliência começa com decisões mais bem informadas (grifo nosso).

Com isso, é estabelecida uma espécie de força-tarefa em que todos devem se esforçar em dobro para reverter os efeitos da pandemia com o foco em “criar o capital humano necessário para direcionar o aumento na produtividade” e assim impactar os indicadores econômicos. Aqui não importa se o conteúdo da aprendizagem está sendo apreendido, muito menos se as escolas têm condições estruturais de arcar com esse duplo esforço, mas se os índices macroeconômicos estão sendo impactados. Isto é, o objetivo final é normalizar os indicadores de desempenho econômico, já que uma população não escolarizada é uma população majoritariamente excluída da atividade econômica (TUÃO, 2020).

A estratégia de aceleração de aprendizagem sob a justificativa de superar as lacunas deixadas pela pandemia consiste em um simples

receituário: doses homeopáticas de resiliência acompanhada de altas doses de tecnologias de informação e comunicação (TDICs). Metáforas à parte, as plataformas de aprendizagem digital se tornaram a grande estratégia do Banco Mundial para a educação na atualidade, já que combinam a formação tecnológica para o mercado e novos nichos de investimento de capital. Com isso, temos um investimento massivo no ensino à distância (EAD) e na educação híbrida, com estratégias de expansão do acesso à internet nas escolas e financiamento de pesquisas para desenvolvimento de plataformas digitais de ensino (BANCO MUNDIAL, 2022).

Este cenário traz novas possibilidades de investimento no setor escolar já que envolve a preparação e formação de tutores especializados no EAD e o desenvolvimento de ferramentas técnicas para facilitar o acesso aos conteúdos, a realização de matrículas, o mapeamento e organização do transporte, bem como uma série de outros serviços veiculados pelas plataformas digitais. Temos, com isso, uma estrutura bem consolidada para que a educação seja um instrumento de lucro e expansão do capital, sobretudo em momentos de crises econômicas globais, nas quais a capacidade de reprodução e realização do capital encontram limites. Como vimos, estes limites são transpostos nos mais diversos níveis, desde a criação de novos setores e serviços para investimento até a conformação do discurso da resiliência e da capacidade de adaptação dos indivíduos às novas necessidades do capital.

Considerações finais

Este artigo consistiu em uma tentativa de síntese analítica dos principais objetivos da agenda educacional do Banco Mundial para o Brasil atualmente, articulando-os à problemática das crises no capitalismo global. Afirma-se que a crise financeira de 2008 e a recente crise pandêmica impactaram negativamente os indicadores sociais no Brasil, o que justifica novos esforços de intervenção financeira

no país, sendo a educação um dos principais eixos de investimento social. Pontuamos algumas contradições que emanam deste contexto de crises, no qual o discurso do Banco Mundial mistifica as razões econômicas da crise social, justificando o alto índice de pobreza e de analfabetismo com base em uma ineficiência dos gastos públicos em educação, bem como na ineficiência organizacional das ferramentas de aprendizagem (DEITOS, 2005).

Os projetos do Banco Mundial buscam não apenas direcionar os gastos públicos em educação, mas definir conteúdos de aprendizagem e abrir espaço para novas fontes de investimento privado. Com isso, o investimento em projetos de educação consiste em um eixo central para estimular a circulação do capital internacional em novos setores no Brasil ao mesmo tempo em que dá direcionamento ideológico ao conteúdo educacional, com ênfase para a formação de educadores e de jovens na fase do ensino médio. Assim se conforma uma agenda político-ideológica para a educação no Brasil que passa a influenciar as políticas de Estado, como exemplificado a partir da criação de um Exame Nacional de Ingresso na Carreira Docente, da Resolução CNE/CP 2/2019 e da reforma dos eixos de aprendizagem na BNCC.

Entre os principais objetivos da agenda do banco para a educação, destacamos o rigor na formação dos professores, cujas atividades passam a ser monitoradas para obtenção de máxima eficiência na transmissão dos conteúdos. Está expressa a primazia pelo ensino instrucional e pela reformulação da carreira docente com base nos conteúdos tecnológicos e profissionalizantes, o que reflete a instrumentalização da educação na formação de trabalhadores adaptados às novas condições de mercado. Nesta mesma temática, temos a reformulação dos conteúdos do Ensino Médio que devem priorizar a formação tecnológica e informacional em detrimento dos conteúdos “filosóficos e de caráter ideológico”, obedecendo a uma formação de padrão global (BRUNS, EVANS, LUQUE, 2012, p. 95).

Estes objetivos articulam-se ao principal eixo de agenda: a capitalização de investimentos em educação, o que permite a abertura a

investimentos privados no setor resolvendo o problema da má alocação dos investimentos providos pela esfera pública. No ideário do banco, a diversificação dos investimentos seria um estímulo à eficiência dos projetos em educação, estimulando as inovações e a concorrência no setor. A instrumentalização da educação se coloca mais uma vez, agora embasada na dinâmica de privatização e de abertura de novos setores para investimento de capitais privados. Esta meta tende a expandir-se na atualidade, já que a introdução de tecnologias e plataformas digitais de ensino têm proporcionado novos nichos lucrativos que transformam a educação em mercadoria, criando modelos de aprendizagem que consoem às novas demandas do mercado (LAVAL, 2019).

Ao sintetizar os principais objetivos da agenda atual de educação do Banco Mundial para o Brasil, buscamos explicitar as contradições do discurso do combate à pobreza, mostrando os motivos que de fato sustentam a intervenção financeira na educação. A ofensiva do capital no setor da educação torna-se fundamental à medida que novas crises tomam a cena no capitalismo global e esta faz parte de uma estratégia maior para o constante direcionamento financeiro da economia brasileira. A escola na era das finanças é aquela que sabe criar trabalhadores facilmente adaptáveis ao mercado e bem instruídos nas ferramentas digitais desenvolvidas pelo capital, que incute a noção de resiliência como única possibilidade de melhoria individual e que retira a escola de seu contexto social. Nesta escola não há espaço para a autonomia, nem para a crítica social, muito menos para o desenvolvimento integral dos estudantes: instrumentaliza-se a educação e o corpo escolar em nome da eficiência econômica.

Referências

- BANCO MUNDIAL. **Recuperando as perdas de aprendizados da pandemia de COVID19 no Brasil**. Documento Programático. Washington, 2022. Disponível em: <https://projects.worldbank.org/en/projects-operations/project-detail/P178563> . Acesso em: 12 mai. 2022.
- BRASIL. Base Nacional Comum Curricular: **Ensino Médio**. Brasília: MEC/Secretaria de Educação Básica, 2018. Disponível em: <http://download.basenacionalcomum.mec.gov.br/>. Acesso em: 23 nov. 2023
- BRASIL. **Resolução CNE/CP Nº 2**. Brasília: Ministério da Educação, 2019. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/docman/dezembro-2019-pdf/135951-rcp002-19/file>. Acesso em: 23 nov. 2023.
- BRUNS, B.; EVANS, D.; LUQUE, J. **Achieving world-class education in Brazil: The next agenda**. Washington, World Bank Publications, 2012.
- CHESNAIS, François. Mundialização: o capital financeiro no comando. **Revista Outubro**, v. 5, n. 2, 2001.
- CHESNAIS, François. **A finança mundializada: acumulação, internacionalização, efeitos econômicos e políticos**. São Paulo: Boitempo, 2005.
- COELHO, J.C. **Banco mundial: desigualdade e poder na Economia Política Internacional**. Campinas: Análise estratégica, 2005.
- DECKER, A.; EVANGELISTA, O. Educação na lógica do Banco Mundial: formação para a Sociabilidade Capitalista. **Roteiro**, v. 44, n. 3, p. 1-24, 2019.

- DEITOS, R.A. **O capital financeiro e a educação no Brasil**, 2005. Tese (Doutorado em Educação) - Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas, Campinas.
- FREITAS, L. C. de. **A reforma Empresarial da educação**. Expressão Popular, 2018.
- FERREIRA A. da Silva. Exame Nacional de Ingresso na Carreira Docente e Estado Avaliador. In: DE SOUSA, L.J.; FRANÇA, M.; FARIAS, M.S.B. (orgs.). **Políticas de Gestão e Práticas Educativas: a qualidade do ensino**. Brasília: Liber Livro, 2011.
- FERREIRA, E. B.; FONSECA, M.; SCAFF, E. A. da Silva. A interferência do Banco Mundial no ensino secundário brasileiro: experiências históricas e desafios atuais. **Revista ibero-americana de estudos em educação**, p. 1733-1749, 2019.
- LAMOSA, R. (org.). **Classe dominante e educação em tempos de pandemia: uma tragédia anunciada**. Editora Terra Sem Amos, Parnaíba, 2020. Disponível em: https://liepe.amandy.com.br/assets/data/files/Classe_dominante_e_educacao_em_tempos_de_pandemia_uma_tragedia_anunciada4.pdf. Acesso em: 12 jul. 2022.
- LAVAL, C. **A escola não é uma empresa: o neoliberalismo em ataque ao ensino público**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2019.
- TUÃO, R. S. Estratégias do Banco Interamericano de Desenvolvimento para a Educação em tempos de Pandemia. In: LAMOSA, R. (org.). **Classe dominante e educação em tempos de pandemia: uma tragédia anunciada**. Editora Terra Sem Amos, Parnaíba, 2020.
- LEHER, R. Um novo senhor da educação? A política educacional do Banco Mundial para a periferia do capitalismo. **Outubro**, v. 1, n. 3, p. 19-30, 1999.

- MESZÁROS, I. A alienação e a crise da educação. In: **A teoria da alienação em Marx**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2006. pp. 263-282
- MOREIRA, J. A. da Silva, MARTINELLI, T. A. P., VALÉRIO, R. Da Silva;.; VASCONCELOS, C. De Moura. Banco Mundial e as Recomendações Atuais para as Políticas Educacionais no Brasil. **FINEDUCA-Revista de Financiamento da Educação**, 10. v. 10, 2020.
- ROSENTAL, M. M; STRAKS, M. G. Y. Las categorias de la dialéctica materialista. In: **Categorías del Materialismo Dialéctico**. Traducción Adolfo Sanchez Vazquez e Wenceslao Roces. Cidade do México: Grijalbo, 1958. Capítulo I.
- SHIROMA, E. Os arautos da reforma e a consolidação do consenso: anos 1990. In: SHIROMA, E.; MORAES, M.C.M. e EVANGELISTA, O. **Política Educacional**. Rio de Janeiro: Ed. Lamparina, 2007.
- TIRADENTES, A. F. Dos Santos. Teoria do capital intelectual e teoria do capital humano: estado, capital e trabalho na política educacional em dois momentos do processo de acumulação. **XXVII Reunião anual da ANPEd**, Caxambu, 2004.
- TOUSSAINT, E. **A bolsa ou a vida**: a dívida externa do Terceiro Mundo: as finanças contra os povos. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2002.